

Ordem Econômica dilata prazos para discutir mais

BRASÍLIA — "Entendimento" promete ser a palavra-de-ordem que vai nortear os trabalhos da Comissão da Ordem Econômica nesta segunda fase dos trabalhos da Constituinte. Com esse espírito, os parlamentares decidiram ontem alterar os prazos internos da Comissão para permitir a busca de alguns pontos de consenso. Assim, o Relator, Senador Severo Gomes (PMDB-SP), apresentará um esboço de seu anteprojeto à Comissão no dia 4 para que seja discutido e receba emendas até o dia 6. Daí até o dia 9, prazo final para a entrega do anteprojeto, Severo redigirá um documento que vai expressar a vontade da maioria.

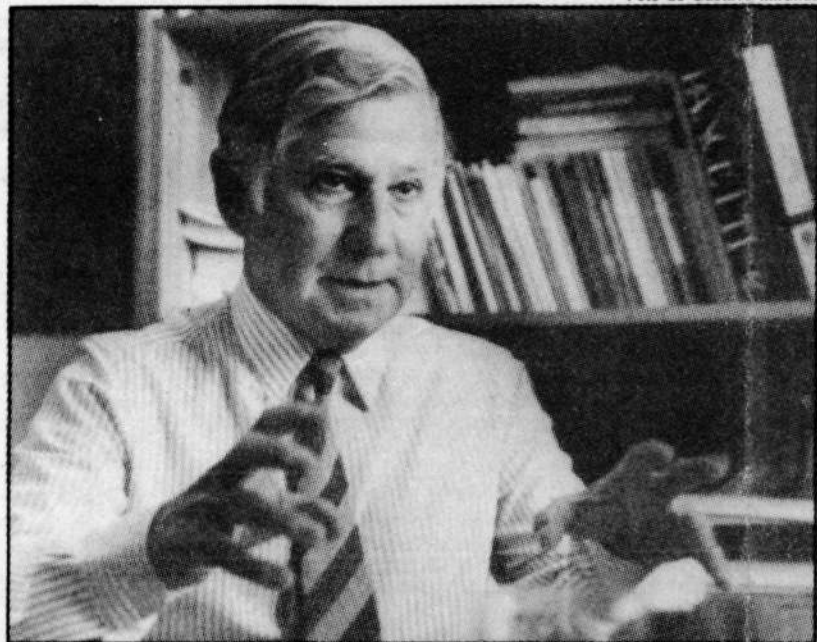
O objetivo desta antecipação do anteprojeto nesta fase é evitar o que ocorreu na votação dos relatórios das subcomissões, quando o plenário de maioria "conservadora" — na Comissão, persiste esta maioria — derubou, um a um, os artigos das propostas apresentadas por Virgildásio de Senna, sobre os princípios gerais da ordem econômica, e de Oswaldo Lima Filho, sobre reforma agrária. Na reunião de ontem, os constituintes, na maioria "progressistas", concluíram pela necessidade de evitar constrangimentos ao Relator.

A proposta de conciliação que tomou conta da Comissão da Ordem Econômica foi levada tão a sério que nenhum constituinte usou da palavra durante a reunião sem antes mencionar a expressão "na busca do entendimento". Na ótica dos "progressistas", esta é a única forma de conseguir avançar em alguns pontos nesta Comissão, já que os "privatizantes" estão bem articulados e detêm a maioria dos votos.

Para o Deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), se o entendimento não for possível, só restará aos "progressistas" mobilizar as forças populares para sensibilizar o plenário da Comissão, na votação final desta segunda fase. Segundo ele, o relatório final aprovado pela Subcomissão é muito radical em seu conservadorismo e não atende aos anseios populares.

— Se o capítulo da Ordem Econômica for escrito segundo a ótica conservadora, vamos correr o risco de elaborar uma Constituição ilegítima, que excluirá importantes setores da sociedade brasileira — advertiu Wladimir.

Para o constituinte do PT, desde o início os "progressistas" tinham intenção de negociar. Palmeira afirmou que nunca houve a pretensão deste grupo de impor princípios socialistas ao relatório de Virgildásio de Senna, mas que os "conservadores" devem admitir que são necessárias algumas modificações no texto final aprovado, ainda que não afetem o sistema capitalista.



Severo Gomes faz um esboço do relatório no dia 4 para tentar o acordo

CONSTITUINTE BUSCA REFORÇO UNIVERSITÁRIO

Severo Gomes chama economistas para ajudá-lo a elaborar anteprojeto

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Ordem Econômica, Senador Severo Gomes (PMDB-SP), reuniu um grupo de economistas das Universidades de São Paulo (USP) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para auxiliá-lo na elaboração do relatório que submeterá aos constituintes no próximo dia 9. Fazem parte do grupo, entre outros, os professores Antônio Barros de Castro e Cláudio Mammana (representante da SBPC no Conselho Nacional de Informática), o sociólogo Fernando Homem de Mello (que cuidará da parte de reforma agrária) e João Carlos Serran, do PMDB fluminense, que aprofundará os temas de reforma urbana e meio ambiente. O coordenador é o assessor econômico de Severo Gomes, jornalista Ruy Lopes.

Cláudio Mammana, encarregado dos temas relativos aos Princípios Gerais da Ordem Econômica, Intervenção do Estado, Uso do Subsolo e Regime de Propriedade, criticou o

relatório aprovado pela subcomissão que cuidou desta matéria. Disse que o grupo vitorioso na subcomissão conseguiu o que ninguém no mundo jamais pensou em fazer: colocar o Estado abaixo do capital estrangeiro.

— Confundir privatização com desnacionalização, se não é falha acidental, é de uma intencionalidade lamentável. Para tentar frear a intervenção do Estado na economia, o relatório pede socorro ao capital estrangeiro.

Mammana afirmou que o produto final da subcomissão é medíocre e prega uma economia inviável, em que o capital estrangeiro privilegiado em detrimento da empresa privada nacional e do Estado, que teve um papel relevante no fomento do setor privado nacional.

— De grande incentivador do capital privado, o Estado virou vilão e tem que ser perseguido como um criminoso — lamentou.

— Ninguém propôs, em nenhum momento, acabar com o capital privado, mas achamos que é nosso dever, como brasileiros, limitar a presença do capital estrangeiro no País; limitar a exploração das nossas riquezas minerais, que não se renovam; e alterar a conceitualização de empresa nacional, que é muito elástica. Ninguém pretende banir o capital estrangeiro, apenas controlar — garantiu Wladimir Palmeira.

A Deputada Irma Passoni (PT-SP) registrou a ausência dos principais articuladores do grupo privatizante, que ela classificou de "entreguistas". Ela citou nominalmente os consti-

tuintes Delfim Neto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT), Afif Domingos (PL-SP), Rubem Medina (PFL-RJ) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) como os principais mentores do movimento que resultou na derrubada dos relatórios iniciais e lançou um desafio a esses constituintes para que participem desta fase dos trabalhos da Comissão.

— Sei que meu desafio vai cair no vazio, pois eles vão agir da mesma forma que antes. Não comparecem, não discutem, não justificam suas posições e chegam aqui no dia da votação com um pacote pronto — acusou a Deputada.

Parecer de Egydio rejeita a destituição de relatores

Foto de Gustavo Miranda



Egydio lê o parecer

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Organização dos Poderes, Deputado Egydio Ferreira Lima, apresentou ontem parecer rejeitando a possibilidade de destituição dos relatores das subcomissões que não tiveram seus anteprojeto aceitos. A Comissão votará hoje a questão, por solicitação do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que enviou ao plenário recurso do Líder do PDS, Amaral Neto, contra sua decisão de manter os relatores.

O movimento para destituição desses relatores, todos da linha "progressista" do PMDB, partiu de parlamentares do PFL e do PDS que pretendem substituí-los na Comissão

de Sistematização, da qual fazem parte. Os principais "alvos" são os Deputados Cristina Tavares, Relatora da Subcomissão da Comunicação e Ciência e Tecnologia; Virgildásio de Senna, dos Princípios Gerais da Ordem Econômica; e Oswaldo Lima Filho, da Reforma Agrária.

Na reunião de ontem, quando não houve quorum para votação da matéria, Egydio rejeitou a argumentação de Amaral Neto de que, segundo o Regimento da Câmara — usado nos casos em que o da Constituinte é omissa —, os relatores que tiverem seus pareceres rejeitados devem ser substituídos. Segundo Egydio, o procedimento constituinte é feito de tal forma que, com a votação da matéria por partes, o relator nunca é vitorioso ou vencido por inteiro.

Além disso, segundo Egydio, tem total amparo para votação a resposta dada por Ulysses Guimarães à questão, afirmando que os relatores devem redigir um parecer que represente a decisão da comissão, consignando, pormenorizadamente, a matéria vencida.

Para diretor de escola, relatório é 'socializante'

BRASÍLIA — O anteprojeto apresentado pela Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes foi criticado ontem pelo Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, que disse ser ele "nitidamente estatizante, socializante e característica das esquerdas ideológicas".

Segundo Dornas, a Fenen apresentará emendas na próxima semana e, para isso, já está se articulando com parlamentares "não esquerdistas", alertando-os sobre "o golpe contra a iniciativa privada" que se configura nos artigos formulados pela Subcomissão. Entre os 29 artigos que compõem o anteprojeto, Dornas destaca como ponto mais grave a exclusividade de verbas do Governo para escolas públicas, classificado como "o caminho mais rápido para acabar com o ensino privado".

Representando 24 sindicatos de quatro associações, o Presidente da Fenen prevê que, sem subsídio de verbas públicas, as bolsas de estudo nas instituições privadas desaparecerão. Outro ponto polêmico indicado por Dornas está previsto no artigo 8º do anteprojeto, que determina a "gestão democrática através de critérios públicos transparentes, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade na escolha dos dirigentes".

— Seria o mesmo — comparou — que a direção da Volkswagen ser eleita por moradores da região daquela fábrica de automóveis.

Gasparian vai explicar melhor suas propostas

BRASÍLIA — O Relator da Subcomissão de Finanças, Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), inicia esta semana uma campanha de esclarecimento dos constituintes e da opinião pública, através de matérias pagas em jornais, sobre os objetivos de suas propostas. Ele disse que o Relator da Comissão do Sistema Tributário e Finanças, Deputado José Serra (PMDB-SP), tem criticado muito essas propostas e confundido a parlamentares que, a partir de agora, tentará modificá-las substancialmente.

Gasparian afirmou que tem recebido apoio de empresários, sindicatos e até de constituintes "conservadores" às propostas que elaborou, tendo em vista um sistema financeiro que funcione de forma a financiar, a custos suportáveis, a produção. Um ponto que considera fundamental é a extinção das cartas-patente, pois isto permitirá o surgimento de novos bancos e a redução nos custos de intermediação financeira.

Outros pontos que serão acentuados: lei contra a usura e tabelamento dos juros em 12 por cento. Deu um exemplo: se o País parou de pagar os juros da dívida por não poder arcar com juros de 8 a 9 por cento, como os produtores nacionais poderão pagar juros de 40 a 50 por cento?

— O objetivo da minha proposta — salientou — é conseguir um avanço em direção ao capitalismo, para que as leis de mercado, de fato, funcionem. Vivemos sob um regime mercantilista, que já está superado.